

Aldeamento dos povos indígenas da região do sertão de Valença – o que mudou no discurso historiográfico

Settlement of the indigenous people in the area of Valença's backcountry – what changed in the historiographic discourse

Raimundo César de Oliveira Mattos¹

Como citar esse artigo. MATTOS, R. C. O. Aldeamento dos povos indígenas da região do sertão de Valença – o que mudou no discurso historiográfico. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 15, n. 3, Edição Especial p. 01-14, set./dez. 2024.

Resumo

O processo de ocupação dos chamados “sertões proibidos da Coroa” a partir de finais do século XVIII e a consequente criação da Aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença foi tratada, durante muito tempo, de uma forma que destacava o papel quase heróico dos colonizadores e a quase total passividade dos Coroados. No entanto, a partir de princípios desse século, principalmente, os relatos dos memorialistas estão sendo revistos e uma nova visão historiográfica está se construindo, mostrando que os nativos não eram tão passivos assim, agindo inclusive mediante estratégias bem definidas em defesa da posse da terra. Também a atuação do principal articulador da criação da aldeia, José Rodrigues da Cruz, apesar de não ter se alterado tanto, ganha novos contornos. O que vamos verificar aqui é o quê mudou na interpretação histórica e como isso ocorreu..

Palavras-chave: povos indígenas – catequização – aldeamento.



Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

The occupation process of the so-called “The Crown’s forbidden backcountry” starting at the end of the 18th century and the consequent creation of the Village of Our Lady of Glory of Valença has been treated, for a long time, as a way of highlighting the almost heroic role of the settlers and the almost passiveness of the Coroados. However, from the beginning of this century, mainly, the accounts of memorialists are being revised and a new historiographic view is being constructed, showing that the indigenous people were not that passive, acting based on well-defined strategies to defend their land indeed. Likewise, the role of the main articulator of the creation of the village, José Rodrigues da Cruz, despite not having been so altered, got new dimensions. What we are going to verify here is what changed in the historical interpretation and how that occurred.

Keywords: Catechesis – backcountry of Valença - Coroados.

Introdução

Os pontos de partida da História da cidade de Valença estão nos anos de 1789 e 1801. No primeiro ano iniciaram-se as providências para o aldeamento dos povos nativos da região com a passagem do capitão de ordenanças Ignácio de Sousa Werneck pela região sem, no entanto, serem tomadas medidas concretas a respeito. Em 1801, por sua vez, após longas negociações, foi efetivamente criada a aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença onde, em 1803, o Padre Manoel Gomes Leal teria celebrado uma

Afiliação dos autores:

¹Doutor em História Política pela UERJ. Professor titular dos Cursos de História, Pedagogia e Serviço Social da UNIFAA.

Email de correspondência: raimundomattos@bol.com.br

Recebido em: 31/08/2023. Aceito em: 04/03/2024.

primeira missa, nomeado que fora através de portaria de 5 de fevereiro pelo Vice-Rei D. Fernando José de Portugal, como capelão para os nativos das terras valencianas.

Obedecendo a um plano urbanístico do período, as cidades nasciam a partir da construção de um prédio religioso, ao redor do qual formava-se o núcleo povoador com as principais edificações da aldeia e as casas de seus moradores mais ilustres, que davam início à formação da “boa sociedade” local. Isso tudo já fazia parte de uma cultura política própria que se formava e que procurava, mediante o traçado da cidade, se afirmar. Assim, ao redor da primitiva capela e, depois, da matriz de Nossa Senhora da Glória, cuja construção foi iniciada em 1820, a aldeia cresceu e se desenvolveu. Mas como entendemos o conceito de “aldeamento” segundo o pensamento oitocentista? Fania Friedman assim classifica tais núcleos:

“Também chamadas de aldeias de repartição, missões ou reduções, estas entidades católicas exerceram importante papel no proveito do território e como viveiro de mão de obra cativa que os missionários alugavam para os moradores dos arredores ou para as obras públicas. Localizadas em pontos estratégicos para a defesa do mar, dos rios, do sertão e onde, muitas vezes, edificavam-se fortalezas, entre suas funções incluíam-se a catequese e a educação pelo trabalho. Estes arraiais revelam a forte relação entre o Estado português e a Igreja em seu projeto “civilizatório.” (FRIEDMAN, 2011, p. 4-5).

No entanto, ao contrário do que sempre se propalou no município, as relações entre os denominados Coroados e os novos ocupantes do território não foram tão amistosas assim, uma vez que ocorreram conflitos de interesses entre os dois lados. Quem teve um papel, podemos dizer, diplomático no trato com os indígenas foi o fazendeiro José Rodrigues da Cruz, apontado por Leoni Lório, em sua obra *Valença de ontem e de hoje*, como o verdadeiro fundador da Aldeia de Valença. Muitos historiadores, por sua vez, já consideram a criação da aldeia como uma estratégia de contenção dos Coroados, o que já está parcialmente descrito nas obras de memorialistas locais, ainda que em tom heróico. Uma nova visão já interpreta o processo de aldeamento e catequese como uma forma de ocupação do território e delimitação da área destinada aos indígenas que ficariam, assim, restritos a uma espécie de “reserva”, impedidos de fazer as suas “correrias” pela região. Tais correrias, no entanto, não deixaram de acontecer, já que eles, em diversas ocasiões, e por motivos vários, voltaram a se valer de tais estratégias. Mudanças significativas na visão historiográfica surgiram a partir do entendimento de que os povos indígenas agiam como protagonistas e não meros agentes passivos, interligando a pesquisa histórica com outras áreas do conhecimento. Assim

“Em nossos dias, essas concepções vão sendo desmontadas. No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação. Desde a década de 1990, os historiadores no Brasil têm se voltado para o estudo dos índios, valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados. Com base em abordagens interdisciplinares, as pesquisas atuais centram o foco da análise nos próprios índios e identificam suas formas de compreensão e seus objetivos nas várias situações de contato por eles vividas, levando em conta os interesses e significados diversos das atuações políticas, socioeconômicas e culturais dos vários atores em contato.” (ALMEIDA, 2012, p. 22)

Procuraremos, aqui, debater as duas correntes acima mencionadas, numa tentativa de verificar o que mudou no discurso historiográfico acerca da análise do processo de catequese e aldeamento dos Coroados. Assim, utilizaremos as obras de autores do século XIX e da segunda metade do século XX, contrapondo-os a autores do início do século XXI, a fim de melhor entendermos as mudanças na interpretação do mesmo processo histórico, bem como atuação dos personagens nele envolvidos – os

povos que viviam na região e os novos ocupantes do território. Algumas ideias pouco ou nada variaram, razão pela qual encontramos autores mais modernos na primeira parte, deixando para a segunda a discussão dos pontos que passaram por uma nova interpretação historiográfica.

A visão tradicional – ocupação e criação da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença

Paralelamente aos grupos que partiam do Rio de Janeiro em direção à serra fluminense, ou mesmo buscavam a direção de São Paulo ou o Vale do Paraíba do Sul, existiu um movimento de ocupação da terra que partiu de Minas, com a diminuição da mineração, estabelecendo antigos moradores das zonas de mineração com lavouras de subsistências na floresta, conquistada aos nativos que já não opunham mais resistência, vencidos que foram em fins do século XVIII. O historiador Carlos Gabriel também se refere a estes dois grupos que, paulatinamente, foram ocupando a região do Vale – o que descia de Minas Gerais, principalmente da comarca do Rio das Mortes e do sul de Minas; e outro, subindo a partir do Rio de Janeiro, passando por Raiz da Serra (GUIMARÃES, 2011).

Em comparação ao trecho paulista do vale, que começa a ser ocupado desde o início do século XVII, bem como o setor do Baixo Paraíba, correspondente às planícies de Campos, com os engenhos de cana-de-açúcar e por núcleos urbanos, a região de Valença, por pertencer às chamadas “terras proibidas”, ou “áreas proibidas do Sertão do Rio Preto”, uma vez que, devido ao fato de fazer divisa com a Capitania de Minas Gerais, se transformaria em canal aberto para possível contrabando do ouro, só viveria uma ocupação sistemática a partir da segunda metade do século XVIII. Outro motivo era impedir que os mercadores e tropeiros escapassem do alto imposto alfandegário cobrado nos “Registros” espalhados por todo o Caminho Novo.

No entanto, já dentro do processo de interiorização, e após a chegada da Família Real, a região passou a ser vista de outra forma, tendo sido organizado o projeto de sua ocupação, plano este que já dera os primeiros passos em 1789 quando, por ordem do então Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza, Ignácio de Souza Werneck, capitão de ordenanças do Termo de Paty do Alferes, passou pela região com o objetivo de “rebater os grupos intrusos em suas próprias aldeias, por ocasião da abertura de caminhos e estradas de que fora incumbido...” (IÓRIO, 1953, p. 21). Alcir Lenharo, em seu livro *As Tropas da Moderação*, registra o fato de que as aberturas e reformas de vias de comunicação estavam inseridas na virada modernizadora das diretrizes básicas de D. João ao chegar ao Brasil, sustando-se as proibições e incentivando-se a abertura de novos caminhos (LENHARO, 1979, p. 57). A crise econômica pela qual passava Portugal também contribuiu para que a região fosse vista como uma opção de exploração econômica.

“À queda na produção aurífera do Brasil, a principal colônia lusitana, somar-se-iam o decréscimo no trato mercantil, a baixa na produção dos gêneros mais importantes (como o açúcar, na América, e o vinho, no reino) e a exaustão das finanças do Estado português. “Crise econômica, crise dos fundos para o Estado, crise para a produção e para o comércio”. Esta é a interpretação corrente desde, ao menos, princípios do século XX, e segue tendo bastante relevância em estudos mais recentes.” (MONT SERRATH, 2013, p. 1)

Já os grupos intrusos a que se referia o vice-rei, seriam os Puris que, segundo Leoni Lório, faziam incursões na região habitada pelos Coroados, indígenas que se estabeleceram na região de Valença. Essas incursões explicam-se pelo fato de que, tendo que se afastar de suas terras com o início da ocupação do Vale, passaram a realizar ataques periódicos aos povoados e engenhos para se defender. Inimizades entre as tribos também ocasionavam deslocamentos dos povos indígenas, bem como as providências que o governo principiava a tomar:

“Os índios *Coroados*, selvagens errantes pelas imediações da Mantiqueira, perseguidos pelos seus temíveis parentes – os *Puris* – que os afugentavam em luta de morte, haviam se aclimatado, mesmo antes de 1789, no antigo sertão do Rio Preto, não obstante a fúria de seus imortais inimigos que provocavam constantes desordens, infestando, com depredações, as fazendas das próximas freguesias de Sacra Família, Conceição do Pati do Alferes e Conceição da Paraíba Velha, cujos habitantes, ‘ávidos de necessária calma, para a prosperidade de suas lavouras’, eram, diariamente, sobressaltados e ‘só poderiam trabalhar, em suas sesmarias, com armas na mão’. Essa situação que perdurara, prejudicando os trabalhos de desbravamento, se refletia sensível e assustadoramente entre os *Coroados* do sertão de Valença – indígenas de índole pacífica e acessíveis, que tiveram, desde logo, o amparo, em sua defesa, do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza, do Rio de Janeiro...” (IÓRIO, 1953, p. 21)

Note-se aqui o que Iório afirma: a preocupação dos habitantes das fazendas vizinhas com a “necessária calma para a prosperidade de suas lavouras”, a “índole pacífica” dos Coroados, o “amparo” prestado pelo Vice-Rei e, obviamente, a ideia do desbravamento, que se via prejudicado com as incursões dos Puris. A região já se tornara, assim, alvo dos planos do governo o qual necessitava prestar seu auxílio aos fazendeiros que se lançaram ao projeto de colonização desta área, compreendida entre os Rios Preto e Paraíba, e aos Coroados, amparando-os como povo pacífico, contra seus “imortais inimigos”. Entre esses fazendeiros toma destaque especial a figura de José Rodrigues da Cruz, novo proprietário da Fazenda de Ubá, que se uniu ao mencionado Souza Werneck e, posteriormente, ao Padre Gomes Leal no projeto de catequese e civilização dos nativos da região. Os povos que viviam nessa região já eram do conhecimento do governo português:

“Nesse momento, as terras interioranas, que ainda eram classificadas como áreas sertanejas, eram ocupadas por índios conhecidos como “índios bravo ou brabos”. Já as etnias que vivam próximas ao litoral, próximo ao Caminho Novo, eram classificadas pelos portugueses e citados em crônicas quinhentistas como guerreiros, violentos, temidos e adeptos da antropofagia. Portanto, essa descrição leva em conta os dados etnográficos dos viajantes do século XVI referente principalmente aos índios Tupinambá, que vivam nas cercanias da Baía da Guanabara, Baixada Fluminense, e outros pontos do litoral da capitania do Rio de Janeiro.

No entanto, essa descrição arraigados com valores de seu tempo, acabou se generalizando e, por sua vez, pode ter contribuído para que os “índios dos sertões, no interior da colônia, não falantes da Língua Geral, fossem chamados de “índios bravos”, entre eles as etnias Puri, Coroado que ocuparam várias áreas do Vale do Paraíba inclusive as regiões do trajeto do Caminho Novo”. (OLIVEIRA, 2020, pp. 2-3)

O historiador Antonio Carlos da Silva aponta os diversos fatores para a ocupação da serra fluminense:

“Muitos foram os fatores que corroboraram para o sucesso e a rapidez do processo de povoamento da região fluminense: tanto em fatores de ordem física, como a presença de acidentes geográficos no extenso litoral, com enseadas e portos, quanto em fatores de ordem econômica, citando-se, entre outros, o processo de arrendamento de terras adotado pelos padres na planície campista, o sistema de concessão de sesmarias pela metrópole, a abertura de caminhos para a região das minas, e até mesmo a venda de pequenas roças que serviam para o abastecimento dos aventureiros, tropeiros e viajantes, entre outros”. (SILVA, 2010)

A abundância de água, utilizada para os primeiros roçados para fornecer alimentos e como via de transporte em muito contribuiu para o sucesso da ocupação da região. Entretanto, ainda existiam as dificuldades provocadas pela presença indígena na região que, mesmo considerados pacíficos por alguns, apresentaram dificuldades para o processo de ocupação do território, razão pela qual o governo resolveu intervir. Théo Piñeiros também aponta os motivos para a escolha do lugar do aldeamento:

“A escolha do local, pelos fundadores de Valença, não foi aleatória. O centro urbano foi instalado em uma posição privilegiada, no ponto em que as duas principais vias de comércio que atravessavam a região se encontravam – a Estrada do Comércio e a Estrada da Polícia – tornando-se ponto de parada das tropas que faziam a ligação entre o sul de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, o que, sem dúvida, muito contribuirá para acelerar o processo de crescimento econômico da região.” (PIÑEIRO, 2015, p. 9)

As primeiras sesmarias na região do sertão de Valença, no entanto, datam de 1771, 1793 e 1797, doadas a Francisco Nunes Fagundes, Garcia Rodrigues Paes Leme, que foi o construtor do Caminho Novo e Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama, respectivamente, como informa o memorialista Leoni Lório.

Já no ano de 1800 os cidadãos interessados em adquirir terras no sertão de Valença, denominado então “Sertão dos Índios Coroados”, deveriam se dirigir ao Rio de Janeiro fazendo pedido da porção de terra que lhes interessassem. Nesse pedido eles procuravam localizar as terras utilizando-se dos confrontantes, quando existiam, e/ou dos acidentes geográficos: rios, córregos, ribeirões, serras e outros.¹ A concessão de sesmarias era feita a pessoas que tinham condições de levar adiante o processo de ocupação do território e sua consequente colonização. Isso se tornou um costume dominante, concedendo-se as sesmarias a pessoas fidalgas ou com posses suficientes para construção de um engenho, excluindo-se da propriedade da terra os pobres ou desfavorecidos. Todos os que requeriam sesmarias tinham o cuidado de se apresentarem como pessoas com recursos para levar adiante o processo de ocupação e colonização da terra e, exatamente por isso, pediam a concessão. (ANDRADE, 1989, p. 29)

A paisagem da época na região compreendia uma exuberante floresta da Mata Atlântica, elogiada por não poucos viajantes, algumas trilhas abertas na mata por contrabandistas e a presença de indígenas. Durante quase todo o século XVIII ainda se encontravam incultas. A distribuição de sesmarias no sertão atraiu gente de todo lugar: mineradores, portugueses, principalmente açorianos, e provenientes da capital da colônia, que subiam a serra a fim de se dedicarem aos negócios da lavoura. Vencida a floresta, ainda havia o outro “mal” por ultrapassar – os indígenas.

O território que hoje constitui a cidade era habitado, como dito, pelos nativos designados como Coroados, do grupo dos Tapuias, divididos em duas tribos: a dos Purus, que viviam onde hoje se situa a cidade, e a dos Araris, que viviam nas cercanias e mais especificamente em Conservatória. Estes dois grupos mantinham guerra constante com os mencionados Puris, parentes próximos dos Coroados, que habitavam regiões vizinhas. Outrora estes indígenas habitavam a baixada fluminense e eram descendentes diretos dos Tamoios mas, pressionados pelos colonizadores, refugiaram-se na serra, ultrapassando a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, que foi durante muito tempo o limite natural do expansionismo colonialista português. O nome Coroados é uma denominação geral dos portugueses para todas as tribos que usavam cortes de cabelo em forma de coroa. Saint Hilaire assim os designa dizendo que o nome foi dado aos índios que tinham o hábito de “cortar os cabelos no meio da cabeça, à maneira dos nossos sacerdotes, ou seja, de não conservar mais do que uma calota de cabelos, como fazem ainda hoje os Botocudos”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 38) Rugendas, por sua vez, escreveu que os Coroados da região eram resultantes do cruzamento dos Coropós com os temíveis Goitacás de Campos, fato discutível embora, segundo Debret, Coroados e Coropós fossem muitas vezes confundidos pela semelhança. Já Alberto Lamego refuta a tese de que os Coroados de Valença tivessem ligações com os de Campos, afirmando ser

1 Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA. Inventário dos bens culturais imóveis de Valença. Valença: s. ed., 2003/2004, p. 12.

mais provável “que a maioria pertencesse à nação Puri, reconhecida nos matagais do Muriaé, do Pomba e de Cantagalo, cujos vestígios foram também anotados em Resende e Areias, no limite oposto e ocidental da Serra Fluminense”. (LAMEGO, 2007, p. 168)

Com o tempo, estabeleceram-se algumas fazendas às margens do Paraíba, entre elas a de Pau Grande e a de Ubá. O ano de 1789 marcou, porém, o início das providências para a ocupação da região, ao mesmo tempo em que, pelo sistema de união Igreja/Estado que então vigorava, procedia-se ainda ao início da catequese dos Coroados.

“Foram encarregados dessa missão o Capitão Ignácio de Souza Werneck, o abastado fazendeiro José Rodrigues da Cruz, senhor da fazenda de Ubá, e o padre Manoel Gomes Leal, que, nessa época (1789), fizeram sua entrada no dito território e erigiram uma frágil e pequena capela, no principal aldeamento dos índios, *hoje cidade de Valença*, sob a invocação de N.ª S.ª da Glória, e, por ordem do Vice-Rei, D. Fernando José de Portugal e do Bispo D. José Joaquim Justiniano, foi o padre Manoel Gomes Leal (5-2-1803) encarregado, como Capelão da referida capela, de ensinar a religião católica aos índios”. (IÓRIO, 1953, p. 23)

Outro memorialista local, Luiz Damasceno, assim descreve a nomeação do Padre Gomes Leal para o vicariato dos Coroados, que somente ocorreu em 1803:

“Nestas circunstâncias foi preciso que, em conformidade da referida Ordem, ou Real Aviso, se destinasse um sacerdote idôneo, para instruir os índios neófitos na Santa Religião e administrar-lhes os devidos sacramentos, como executou o Vice Rei Dom Fernando José de Portugal, nomeando no cargo de Capelão, com cômputo anual de 150\$000 réis pela Portaria de 5 de fevereiro de 1803, o padre Manoel Gomes Leal, que tendo parodiado a igreja de Sacra Família, por Encomenda, havia acompanhado as expedições antecedentes contra os mesmos índios e feito ali serviços muito úteis à igreja e ao Estado”. (FERREIRA, 1978, p. 5)

A complicada burocracia da Corte Portuguesa havia arrastado, no entanto, o processo por mais de dez anos, desde as primeiras providências tomadas em 1789, até esta nomeação do Padre Gomes Leal. Em 1801, D. Fernando José de Portugal e Castro, mais tarde Marquês de Aguiar, substituiu D. Luiz de Vasconcellos no vice-reinado, tendo como uma de suas metas agilizar o processo de aldeamento dos índios Coroados. O lugar escolhido foi a aldeia dos Miritis (um dos vários agrupamentos dos Coroados), que se localizava bem no meio do sertão, entre os rios Preto e Paraíba. Pela portaria de dois de março de 1803 foi fundada a povoação², onde foi erguida uma capela. Comparando os elementos comuns entre Valença e outras vilas do Vale, como Vassouras, Barra Mansa, Piraí e Resende, surgidas na mesma época, Silva Telles esboça o surgimento e desenvolvimento da aldeia a partir da capela, depois igreja matriz:

“Todas elas possuem, como elemento central, desde suas fundações, a Igreja Matriz, assente em um ponto alto da orografia urbana; essa igreja localiza-se ao centro ou, mais comumente, ao fundo de uma ampla praça, que se estende pela falda da elevação. Valença organizou-se de forma um pouco distinta, porquanto a extensa praça D. Pedro II está situada ao lado da Matriz que tem, à sua frente, um logradouro largo, que desce pelo aclave do outeiro onde ela se implanta”. (TELLES, 2006, p. 24)

2 O ano exato da criação da Aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença não é unanimidade entre os autores. Enquanto vários textos mais recentes apontam para o ano de 1801, Leoni Lório não deixa bem clara essa data, falando em 1801 e 1803. No entanto, podemos aduzir que a criação da aldeia deu-se efetivamente em 1801 e 1803 foi o ano da nomeação do Padre Gomes Leal como capelão dos índios.

O nome do novo povoamento foi escolhido como uma forma de homenagem ao Vice-Rei, descendente direto da família dos Marqueses de Valença de Portugal. Já a Freguesia de Valença foi criada pelo então bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, a 15 de agosto de 1813, uma vez que, pela sua própria origem, exigindo uma administração autônoma, Valença fora destinada a esta condição de freguesia desde sua fundação. José Rodrigues da Cruz tornou-se o promotor da vinda de novos colonos para a região e do entendimento com os Coroados sendo, segundo memorialistas locais, muito benquisto por eles e tendo sido o responsável por fornecer-lhes “sementes, ferramentas, além do ensino de técnicas agrícolas relativas ao plantio e à colheita. Foi ele igualmente o responsável pela construção das primeiras casas, embora sem alinhamento”. (TJADER, 2003, p. 21) Esse papel desempenhado por Rodrigues da Cruz não chegou a ser contestado pela historiografia. Ele ainda é tido como um elementos que, de fato, procurou conciliar os seus interesses com os dos indígenas, mas também com os da Coroa³ portuguesa e dos outros fazendeiros locais, que viam os Coroados como uma ameaça.

José Rodrigues da Cruz é apontado por Leoni Iório (IÓRIO, 1953, p. 25) como o verdadeiro fundador da Aldeia de Valença e seu povoamento. De fato, foi ele que insistiu junto ao governo da colônia para que as providências para tanto fossem efetivadas, dito ainda benfeitor dos indígenas “pelo bem que lhes proporcionara em sua fazenda e arredores”. Citando a Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios de Províncias do Rio de Janeiro, de Joaquim Norberto de Souza Silva, Iório afirma que Rodrigues da Cruz “prestou relevantes serviços, com sacrifício de seus haveres e do seu bem-estar, fazendo penetrar a civilização no sertão de Valença”. (IÓRIO, 1953, p. 25). O mencionado memorialista não se cansa de tecer reiterados elogios à obra empreendida por Rodrigues da Cruz ao lado do Padre Gomes Leal:

“A princípio, não era notada, nessa região, a existência de brancos e Rodrigues da Cruz, às vezes só, outras vezes, acompanhado do padre Gomes Leal, atravessava as matas mais fechadas, para levar aos índios ensinamentos, víveres, instrumentos de trabalho e remédios. Em companhia do pároco, entrava o fazendeiro em suas choças e aproveitava a confiança que nele depositavam para batizá-los.

(...)

O padre Manoel Gomes Leal mostrava-se incansável na tarefa de catequizador da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença, fundada com esta denominação em homenagem ao então Vice-Rei D. Fernando José de Portugal, descendente da nobre estirpe dos Marqueses de Valença.

Por outro lado, José Rodrigues da Cruz tomava decididas providências no sentido de que se fizessem “plantações de roça”, destinadas aos índios que, imprevidentes e impotentes para poder suportar os ímpetos de sua voracidade, devoravam todo o milho ainda verde”. (IÓRIO, 1953, pp. 28-29)

Malgrado essa “imprevidência” dos índios, a obra religiosa e catequizadora avançava na região. Assim, pela resolução de 16 de agosto de 1810, através da Provisão de 23 de janeiro de 1812, o Padre Gomes Leal obteve a faculdade de erigir capela ou templo, o que de fato fez, erguendo no local onde hoje se encontra a Catedral de Nossa Senhora da Glória, até onde se sabe a respeito do local, uma simples capelinha e, ao lado dela, mandou construir um cemitério no local onde mais tarde se ergueu um reservatório de água e onde atualmente se encontra a Academia Valenciana de Letras.

O Almanaque Laemmert, em sua edição de 1915, informa a respeito do trabalho desenvolvido por José Rodrigues da Cruz:

3 A vasta correspondência trocada entre Rodrigues da Cruz e os representantes da Coroa no Brasil atesta isso. Disponível no Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate da Biblioteca Luso-Brasileira.

“José Rodrigues da Cruz, proprietário da Fazenda Pau Grande, empregou todos os meios ao seu alcance para chamar os ditos índios à vida civilizada, em cujo empenho foi secundado por seu sobrinho João Rodrigues Pereira de Almeida. Até 1801 não teve Rodrigues da Cruz outro apoio do Governo senão a animação do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Nesse ano, porém, o vice-rei Fernando José de Portugal, descendente da casa de Valença, naquele reino, ordenou a Rodrigues que se passasse às margens superiores do rio Paraíba e assinasse aos índios terreno para cultivarem, no que foi auxiliado por seu sobrinho e por Ignácio de Sousa Werneck, incumbidos da abertura de caminhos necessários, para penetrarem no sertão.”⁴

Avançando no processo de assistência religiosa aos colonos que então se instalavam na aldeia, o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, como já mencionado, após visitar o local, deliberou a criação de uma freguesia que atendesse de forma mais eficaz e direta os habitantes, que dependiam ainda da assistência dos párocos das freguesias de Sacra Família, Conceição do Paty do Alferes e Conceição da Paraíba Velha. Dessa forma, por Provisão de 15 de agosto de 1813, criou-se a freguesia de Valença, sendo determinados os seus limites desde o Rio Paraíba até o Rio Preto e desde a freguesia de Santana do Piraí até a de Nossa Senhora da Conceição e de São Pedro e São Paulo da Paraíba Velha, atual Paraíba do Sul.

A atuação de pessoas como José Rodrigues da Cruz, Inácio de Sousa Werneck, padre Manoel Gomes Leal, Miguel Rodrigues da Silva, entre outros, no aldeamento e na proteção dos indígenas sempre foi muito elogiada pela historiografia tradicional. Entretanto, apesar de ter ocorrido de forma considerada pacífica, esse processo acabou por quase exterminá-los da região. O contato com os colonizadores favoreceu a propagação de doenças contra as quais os índios não tinham imunidade. Foi especialmente danosa uma epidemia de varíola que se propagou nesta época por várias aldeias. Além disto, os colonizadores que chegavam entravam em confrontos constantes com os índios sem respeitar qualquer direito que estes tinham às suas terras. “Não obstante as atrocidades de toda espécie, a traição e a má fé que eram os únicos meios que possuíam os invasores, no domínio dos gentios, os índios tiveram a sua recompensa moral e material”. (IÓRIO, 1953, p. 30). O memorialista não especifica que tipo de recompensa foi essa mas podemos deduzir que trata-se do aldeamento.

As sesmarias que foram pedidas ao vice-rei para estabelecimento dos índios agora sedentários no aldeamento, no entanto, nunca foram concedidas, exceto uma localizada na parte do sertão conhecida como Santo Antonio do Rio Bonito e depois como Conservatória dos Índios. Assim como ocorreu com todas as aldeias da província do Rio de Janeiro, no final do processo de ocupação do território restou apenas a população branca, que logo aumentou, atraída pela fertilidade do solo. Os poucos índios que sobraram mudaram-se para outras localidades como Pomba, São Vicente Ferrer e Carangola na província de Minas Gerais.

A visão tradicional da ocupação do território, no entanto, passa por transformações a partir de uma mudança na análise do processo de aldeamento e catequese dos Coroados, interpretação que vem se firmando, notadamente a partir do princípio deste século.

A visão atual da historiografia – um contraponto à interpretação tradicional

Alguns pontos precisamos antepor à visão tradicional do processo:

1. A atitude-resposta dos Coroados;
2. A atuação de José Rodrigues da Cruz e seus interesses;
3. Questões paralelas às duas anteriores.

Uma questão que chama a atenção diz respeito ao comportamento dos Coroados e demais grupos indígenas da região. Enquanto alguns se referem a eles como bravios e perigosos outros, como o próprio

⁴ Almanaque Laemmert, 1915, p. 4315. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

José Rodrigues da Cruz, aludem a respeito da sua docilidade. Afinal, quem estaria certo? O que podemos deduzir é que, como existiam vários agrupamentos indígenas, o comportamento de cada um deles variava. O que está se tornando mais aceito recentemente é que aquela atitude passiva diante do elemento branco que adentrava os sertões da província fluminense não condiz com a realidade. Podemos mesmo afirmar que os indígenas adotavam estratégias diferenciadas frente à ameaça sobre suas terras. Sobre isso, informa Ênio Sebastião de Oliveira, concordando com Marcelo Lemos, no caso de Campo Alegre, mas que podemos induzir que também ocorria em outras regiões:

“(…) isso se deve pela presença constante de sociedades indígenas no interior do Vale do Paraíba, no século XVIII, que reagem ao colonizador de diversas formas: em um momento os grupos faziam “correrias”; outros grupos aceitavam o aldeamento imposto, ora recuavam para a floresta, ora expulsavam os colonos de suas fazendas”. (OLIVEIRA, 2012, p. 18)

Existiu, sim, uma resistência indígena ao avanço do colonizador. O próprio aldeamento era, de uma certa forma, de interesse dos grupos indígenas que buscavam, na nova realidade que despontava do final do século XVIII e início do XIX, uma posição que beneficiasse a efetiva posse da terra. Essa atitude já era cultivada há gerações, conforme Maria Regina de Almeida, que comenta a política indigenista com a chegada da Família Real portuguesa em 1808:

“Esses índios já haviam, há muitas gerações, incorporado uma cultura política que valorizava acordos e negociações com autoridades e com o próprio rei e mantinham-se nas aldeias reivindicando seus direitos conforme tinham feito nos períodos anteriores”. (ALMEIDA, 2008, p.2)

A política de aldeamentos, segundo Felipe Alvarenga, também servia aos interesses da Coroa e dos colonizadores, sendo vista como uma solução para que os “índios não ameaçassem os colonizadores, além de sua submissão a um projeto de catequização e educação nos moldes ‘civilizatórios’” (ALVARENGA, 2022, p. 6). E a criação da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença foi um exemplo disso, sendo apontada pelo mesmo autor como um caso particular:

“Havia uma particularidade na construção do aldeamento de Nossa Senhora da Glória no conjunto do espaço fluminense. Para Marcelo Lemos, o aldeamento que surgiu em Valença tinha característica ímpar em relação a outros já existentes no Rio de Janeiro pois, ‘além de não ser de origem jesuíta (São Lourenço, São Barnabé, etc.), de origem missionária (São Fidélis, Santo Antônio de Pádua) ou militar (São Luiz Beltrão), era uma iniciativa particular’”. (ALVARENGA, 2022, p. 6)

Sobre a demora na efetivação da aldeia, por sua vez, além da questão burocrática existente, encontramos outra tentativa de explicação. Marcelo Lemos, por exemplo, aponta que a má vontade do vice-rei com Rodrigues da Cruz, em função da desconfiança existente pelo envolvimento de sua família com movimentos revolucionários, é que pode ter atrasado a criação da aldeia (LEMOS, 2004). Já aqui começamos a ver uma grande mudança na análise do processo de criação da Aldeia de Valença. O novo vice-rei, D. Fernando José de Portugal assume o governo, como já referido, disposto a agilizar esse processo, em vista dos problemas causados pela atuação dos indígenas. À noite, os Coroados invadiam lavouras, principalmente de milho, trazendo grande prejuízo aos fazendeiros. D. Fernando ordenaria que os índios fossem reunidos em uma aldeia “sertão a dentro”, e assim “vigiados” pelas autoridades. Rodrigues da Cruz agiu como um mediador “de forma a conciliar seus próprios interesses com os dos índios, dos fazendeiros,

dos párocos e das autoridades locais e metropolitanas” (ALMEIDA, 2008, p. 11).

O papel desempenhado por Rodrigues da Cruz na aproximação com os Coroados não chegou a ser contestado pela historiografia, o que já referimos várias vezes. Ele ainda é tido como um elemento que, de fato, procurou conciliar os seus interesses com os dos indígenas, mas também com os da Coroa⁵ portuguesa e dos outros fazendeiros locais, que viam os Coroados como uma ameaça. A visão um tanto romantizada de Leoni Lório a respeito dos Coroados e a sua passividade é que vem sendo, como já mencionado, repensada:

“Por outro lado, esta transformação socioespacial explicada pelo incremento da instalação de alguns fazendeiros no Vale do Paraíba, não foi nada tranqüila e nem pacífica. A região continuava habitada pelos chamados índios Coroados que viviam por lá, ‘atormentando’ a população de colonos que visavam ocupá-la. Ora fazendo correrias, ora recuando para a floresta, estes índios resistiram a todo o momento” (ALVARENGA, 2022, p. 4).

Aliás, o mesmo autor defende a ideia de que, pelo fato de os Coroados poderem se movimentar e se estabelecer em qualquer lado da floresta, representava um limite muito grande para a expansão da fronteira social luso-brasileira. Assim, quando decidiam arriscar e construir fazendas, os colonizadores viam os índios recorrendo às chamadas “correrias” – investidas rápidas e instantâneas que desolavam o novo empreendimento, o que o leva a crer que tais assaltos às fazendas constituíam estratégias defensivas mobilizadas pela população indígena numa tentativa de proteger os seus direitos de propriedade e o elemento da mobilidade que os caracterizava (ALVARENGA, 2022, p. 4). Dessa forma, ainda segundo o mesmo autor, a colonização dos sertões era uma questão que estava na ordem do dia e a construção da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença foi uma forma de “pacificar a região e descer os índios que se moviam pelos sertões, visando reduzir ou controlar os conflitos e diminuir a mobilidade indígena” (ALVARENGA, 2022, p. 6).

O aldeamento dos Coroados constituiu, pois, uma iniciativa particular, destacando-se indubitavelmente a figura de José Rodrigues da Cruz.

“Já cultivando uma aliança local, o fazendeiro começou a estreitar seus laços com o governo luso-brasileiro: várias correspondências foram trocadas e a ideia de ‘civilizar’ aquelas populações já se mostrava na ordem do dia. A aldeia de Nossa Senhora da Glória foi criada e a promessa do poder público era garantir a concessão de uma sesmaria para início dos trabalhos de civilização e aldeamento dos índios Coroados”. (ALVARENGA, 2022, p. 7)

Alberto Lamego chega mesmo a afirmar que:

“Cabe aqui dizer que, parte da grande fama de Valença provinha também do sucesso de fazendeiros vindos de Vassouras, mormente da zona de Sacra Família, após a fundação em 1801 da aldeia indígena valenciana por José Rodrigues da Cruz” (LAMEGO, 1946, p. 81)

Ele é apresentado por Ana Maria Faria como tendo um poder tutelar sobre os Coroados, o que o diferenciava dos demais fazendeiros, além de destacar o “encontro de interesses particulares e gerais”:

“A identidade mediadora e tutelar do aldeamento principiado por José Rodrigues da Cruz foi produto do encontro de interesses particularizados e gerais, contudo, em um período conhecido pela indefinição acerca da representação administrativa na constituição dos

5 A vasta correspondência trocada entre Rodrigues da Cruz e os representantes da Coroa no Brasil atestam isso.

núcleos indígenas, a primeira metade do século XIX.” (FARIA, 2012, p. 79)

Analisando-se a correspondência trocada por José Rodrigues da Cruz e autoridades do governo português verificamos como o processo de aldeamento se desenrolou. Ele, em diversas ocasiões, menciona o fato de ter encontrado uma atitude pacífica e cordial. Alude ao fato de que teria partido dos próprios indígenas a iniciativa de visitar a sua fazenda e de ter orientado os seus subordinados, feitores e escravos para receberem os grupos nativos como amigos. Em carta enviada a D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro português, ele informa o clima de cordialidade vivido:

“(…) Tive o aviso de estarem os índios na Fazenda do Pau Grande, aonde eu residia; fui sair-lhes ao encontro, com minha gente armada por cautela, mas logo que os avistei mandei os meus que depusessem as armas. O Cacique (...) mandou o mesmo aos seus e veio abraçar-me; eu o tratei com a mesma cortesia, (...) os fiz conduzir a minha casa (...) e para lhes tirar todo motivo de suspeita e desconfiança, fiz aparecer ali toda a minha família (...)”⁶

As tratativas para a efetivação da aldeia estavam a pleno vapor. Não obstante, precisamos analisar esse “clima de cortesia e receptividade” conforme chama a atenção Marina Monteiro Machado:

“Não podemos, entretanto, nos levar por vocábulos que estavam divulgando ao governo o trabalho realizado, e que de certo buscariam passar a melhor imagem possível. Atentemos para o fato de o fazendeiro deixar clara sua preocupação em “persuadir” os índios a retornar outras vezes, reconhecendo a possibilidade de uma aliança com aquela fazenda e seus moradores.

José Rodrigues da Cruz, até então um anônimo fazendeiro e administrador de fazendas do interior fluminense, começava a despontar como uma figura central na história aqui analisada, colocando-se à disposição da Coroa e dos grupos indígenas, estabelecendo novas relações, além de cultivar as já existentes, sem que se possa aqui afirmar que vislumbrava, ou não, que tais relações lhe seriam vantajosas, assim como a forma e a intensidade dessas possíveis vantagens” (MACHADO, 2012, p. 12).

Podemos considerar, pelo que foi exposto, a existência de múltiplos interesses envolvidos na criação da Aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença: dos indígenas, do fazendeiro José Rodrigues da Cruz, dos demais fazendeiros e futuros sesmeiros, da Coroa portuguesa. E ele não estava sozinho na empreitada. Outro elemento destacou-se, fechando a tríade fazendeiro-clero-militar. Era Ignácio de Sousa Werneck que, após enviuar, retornou à vida religiosa da qual havia se afastado com o casamento:

“A partir de 1789, D. Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Brasil, ordenou que fosse iniciada a catequese de vários indígenas ali aldeados, dentre os quais se destacavam os índios Coroados que, a essa época, habitavam o território de Valença. Eram temidos e conhecidos pela sua ferocidade e resistência à presença branca⁷, os quais dominavam toda a zona compreendida entre os rios Paraíba e Preto. Foram encarregados do serviço de aldeamento Ignácio Werneck, na época capitão de ordenanças, junto de José Rodrigues da Cruz, na época dono da fazenda de Ubá e o padre Manoel Gomes Leal. A partir de então os colonizadores começaram a obra da catequese. Uma das primeiras providências foi a construção de uma capela no principal aldeamento dos Coroados, onde se originou a povoação que viria a tornar-se a cidade de Valença. (...) Ordenou D. Fernando José de Portugal, então vice-rei, em carta de 20 de novembro de 1801, que Ignácio Werneck

6 Carta de José Rodrigues da Cruz em resposta ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, outubro/1799.

7 Já comentamos a respeito disso anteriormente

prestasse todo auxílio a esse serviço...” (PAIVA, 2012, pp. 4-5)

Criada a aldeia de Valença, Rodrigues da Cruz prosseguiu com as informações prestadas ao governo, inclusive informando o desejo de se aproximar de outros grupos para a formação de novas aldeias. Seu exemplo também teria incentivado outros particulares a oferecerem os seus serviços em troca de favores, graças e privilégios (ALMEIDA, 2008, p. 14). Mas os indígenas também alcançavam benefícios, como já mencionado, pelo fato de terem sido “aldeados”:

“Assumindo a identidade genérica de aldeados, eles poderiam adquirir alguns direitos sobre a terra do aldeamento, lutando por seu espaço coletivo, ainda mais num momento em que tinham que compartilhar seus direitos de propriedade com moradores brancos que também viviam dentro daquele espaço, incentivados pela herança da política indigenista do final do Setecentos. A terra coletiva era deles. Era ela a nona “propriedade indígena” nessa contexto. E, por isso, era necessário defendê-la no processo de metamorfose indígena”. (ALVARENGA, 2022, p. 8)

Após a morte de Rodrigues da Cruz, ocorrida provavelmente entre 1803 e 1805, começaram a ocorrer litígios sobre a propriedade da terra do aldeamento, tendo sido necessário aos Coroados buscar a interferência do governo, agora sob D. João, para manter os seus direitos. Um primeiro conflito ocorreu logo após a morte do fazendeiro quando um certo Florisbello Augusto de Macedo, tido como sobrinho do Padre Gomes Leal, requisitou as terras em sesmaria. Ainda que tal fato não tenha sido devidamente esclarecido, acredita-se que o Padre Gomes Leal tenha usado o nome desse seu sobrinho para conseguir a liberação do documento, uma vez que ainda não tinha sido legitimada a sesmaria, abrindo a possibilidade de usurpação por terceiros da mesma, em vista da acelerada valorização fundiária. Tal não foi efetivado, uma vez que o dito Florisbello morreu em 1813 e o padre, em 1815, sem ter sido concluído o processo de reconhecimento da sesmaria (ALVARENGA, 2022, p. 8). Uma demanda mais grave ocorreu envolvendo Eleutério Delfim da Silva, que também requisitou o mesmo território em 1815, arrastando-se o problema por quatro anos tendo, finalmente, D. João VI se decidido em favor dos Coroados. Mas, apenas decorrido um ano após a independência, o governo imperial houve por bem criar uma vila na região da antiga aldeia, uma vez que o sistema de aldeamento passou a ser visto como coisa do passado e os índios, de aliados no processo de expansão do território, passaram a ser vistos como um empecilho agora para a expansão da fronteira agrícola. Foi tentado um novo aldeamento na região que ficou conhecida como “Conservatória dos índios” mas este também, aos poucos, foi sendo arrendado a diversas pessoas.

Considerações Finais

Podemos inferir algumas deduções de tudo quanto foi exposto. Inicialmente, é necessário atentarmos para o fato de que o papel de José Rodrigues da Cruz e sua atuação no processo de aldeamento dos Coroados pouco mudou na interpretação historiográfica. Ainda que possamos pensar que ele tenha alimentado interesses não revelados, o fato é que agiu de forma muito habilidosa, buscando conciliar diversos interesses e levando-nos a uma prévia do que ocorreria na região no oitocentos – a prática das sociabilidades entre os cafeicultores e outros elementos.

Os próprios Coroados e isso é, de uma certa forma, ainda considerado como uma interpretação recente, tinham os seus interesses no aldeamento, o quê os levou a articular estratégias que iam desde as clássicas, como os ataques às fazendas que iam se instalando na região até aceitarem o processo de aldeamento a fim de se tornarem súditos e, a partir daí, passarem a ter oportunidades de reivindicar os seus direitos sobre a terra. Inclusive, mais tarde, com o interesse de outros elementos sobre as terras da antiga aldeia, os Coroados fazem valer essa condição e, mediante representantes, peticionam junto a D.

João VI para que lhe fosse garantida a efetiva posse da terra, legalizada como sesmaria. Ainda que, mais tarde, eles tenham acabado por perder o território, após a independência, conseguem importante vitória quando D. João reconhece os seus direitos de propriedade. Enquanto não conseguiam uma solução para o problema, chegaram a ameaçar o abandono do local e voltar aos costumes antigos, sabendo muito bem que isso acabaria pesando a seu favor, uma vez que a ninguém interessava o retorno dos ataques às fazendas e as famosas “correrias”.

A atual cidade de Valença nasceu, pois, desse antigo aldeamento que teve sua origem de forma original, a partir de iniciativa particular de José Rodrigues da Cruz que, mesmo não tendo obtido muito auxílio no princípio, insistiu no propósito e acabou recompensado. Mesmo que economicamente, como ele mesmo atesta, tenha tido uma série de revezes, sua figura projetou-se e serviu de exemplo para que outros tentassem seguir o modelo.

Enfim, podemos dizer que alguns pontos de vista dos memorialistas sobre a questão ainda permanecem, sendo que o próprio Leoni Lório, autor da mais importante obra sobre a História de Valença, se valeu de vasta documentação e atesta as estratégias utilizadas pelos Coroados. O que vem se modificando são as circunstâncias em que o aldeamento se processou e o resultado final. E aqui destacamos a ideia que vigorou durante muito tempo de que os indígenas acabaram desaparecendo por completo da região, tese refutada recentemente por Marcelo Lemos que, junto a outros autores posteriores, fala da teoria de “apagamento político” dos Coroados e que eles não se extinguíram por completo.

Fontes Primárias

- **Arquivo Histórico Ultramarino – Biblioteca Luso-Brasileira – Projeto Resgate**
- ***Correspondências Avulsas – Rio de Janeiro – 1614-1830***
- **Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira**
- ***Almanaque Laemmert, edição de 1915***

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista. Os índios no tempo da Corte.** *Revista USP*, São Paulo, n.79, p. 94-105, setembro/novembro 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*. Publicação da ANPUH, s. ed., 2012.

ALVARENGA, Felipe de Melo. Por um Vale do Paraíba indígena: conflitos étnicos e a transformação da propriedade dos índios em Valença (1780-1835). *Revista de História*. São Paulo: fevereiro/2022.

ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. **O Vale do Paraíba**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: s. Ed., 1989.

FARIA, Ana Maria Reis de. **Leste Oeste: frentes de expansão em bravo sertão (Rio de Janeiro-Minas Gerais, XVIII-XIX)**. Tese de doutorado apresentada à PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2012.

FERREIRA, Luiz Damasceno. **História de Valença**. Valença: Editora Valença, 1978.

- FRIEDMAN, Fania. **Cartografia fluminense no Brasil Imperial**. In: Anais do 1º Simpósio de Cartografia Histórica. Parati: 2011.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Café no bolso. As condições de cultivo e a economia fluminense contribuíram para o sucesso da semente**. In: Revista de História, ed. De 17/06/2010.
- IÓRIO, Leoni. **Valença de ontem e de hoje**. Valença: s. ed., 1953.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **Setores da Evolução Fluminense**. Volume 4. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. A aristocracia rural do café na província fluminense. **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- LEMOS, Marcelo. **O Índio Virou Pó de Café? – A Resistência dos Índios Coroados de Valença Frente à Expansão Cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836)**, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UERJ, 2004.
- LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)**. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- MACHADO, Marina Monteiro. Colonização e Conquista: um projeto para os sertões fluminenses (1790-1800). **Revista Mundos do Trabalho**, 2012.
- MATTOS, Raimundo César de Oliveira. **História da Catedral de Nossa Senhora da Glória de Valença**. In: LYRA, Ciro Corrêa (org.). **Renovação de uma Catedral**. Valença: Design Casa 8, 2006.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII. Novos indícios e questionamentos. **Saeculum Revista de História**. João Pessoa: s. ed., 2013.
- OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. Os Índios, o Vale e o Caminho Novo. **Anais do XIX Encontro Regional de História da ANPUH Rio**, 2020.
- OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. **O Paradigma da Extinção: Desaparecimento dos Índios Puris em Campo Alegre no Sul do Vale do Paraíba**. In: Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH Rio, 2012.
- PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. **Expansão de fronteiras e fortalecimento social, político e econômico: a relação entre a formação da família Werneck e a colonização do Vale do Paraíba Fluminense**. In: Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. 2012.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Valença: dos caminhos de comércio à indústria. In: **Cadernos do desenvolvimento fluminense**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/17738/13109>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA. **Inventário dos bens culturais imóveis de Valença**. Valença: s. ed., 2003/2004.
- SILVA, Ana Paula da; FREIRE, José Ribamar Bessa. Protagonismo e diplomacia indígena no século XIX. **Revista Habitus**. Goiânia, v.15, n.1, p. 55-72, jan./jun. 2017.
- SILVA, Antonio Carlos da. **A “boa sociedade” valenciana do século XIX: redes de sociabilidade (1829-1868)**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra em 2010.
- TELLES, Augusto C. da Silva. Vale, cidade e igrejas: um passeio histórico. In: LYRA, Ciro Corrêa. **Renovação de uma Catedral**. Valença: Design Casa 8, 2006.
- TJADER, Rogério da Silva. **Uma Pequena História de Valença**. Valença: Editora Valença, 2003.